



# B O L E T I M

# Trabalhadores Rurais

## & Direitos

Boletim do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA - Ano III - Nº 11. JAN/FEV 2008 - ISSN 1981-7533

## Editorial

Companheirada, este é o nosso primeiro número de 2008. Com ele reafirmamos nossa esperança na garra camponesa para construir um País democrático, solidário e justo. Nossos olhares estão atentos para o conjunto de transformações que vem acontecendo no campo. Estamos alegres com a redução da violência no campo nos últimos anos, em termos gerais. Porém, notamos que há um aumento dessa violência em número de homicídios e ameaças a camponeses, em especial nas áreas de atuação do agronegócio da soja, no Centro-Oeste e no Norte do País. Ficamos preocupados com a expansão da cadeia da soja e o desmatamento que essa monocultura de latifúndios provoca, expandindo os efeitos do aquecimento global. Estamos acompanhando o processo das obras, em toque de caixa, sem diálogo com a sociedade civil, da Transposição do Rio São Francisco. Vimos o canteiro de obras de Icó-Mandantes, de onde sairá o braço leste da tomada d'água do Rio. Aliás, a questão das águas é mais um ingrediente do mal-estar que um determinado modelo de desenvolvimento e modernidade tem para gerar insegurança hídrica e alimentar para as famílias camponesas. Além de todas essas, há o tema da criminalização dos movimentos sociais, que tem colocado como vilões os agentes da transformação social. Todas estas questões serão tratadas nas práticas alternativas que os movimentos sociais do campo no Brasil realizarão neste ano de 2008.

## Aposta na agricultura orgânica

Dona Lourdes, moradora do Bloco 1, de Petrolândia, com outras cinco mulheres apostou na agricultura orgânica. Aproveitaram o espaço do cultivo doméstico para desenvolver culturas variadas, com verduras, hortaliças, legumes e frutas, cultivadas agroecologicamente. Os pesticidas são produzidos na propriedade, com matéria orgânica de animais e do terreno, para o combate de pragas como o pulgão. Segundo a agricultora já são três anos de produção auto-sustentável que aumenta a renda familiar das participantes da associação. Mesmo que alguns insumos tenham um valor elevado, como o esterco para a produção de húmus, tendo custo de R\$ 600 uma carrada. Outro exemplo de agri-

cultura orgânica é vivido por José Ângelo, no Sítio do Lúcio em Paulo Afonso (BA), numa experiência da unidade familiar de produção, que conta com o apoio da família, em especial das mulheres, para a manutenção do cultivo. Ângelo foi seduzido ao cultivo orgânico após participar de uma atividade desenvolvida pelo Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada, o IRPAA. Ambas as experiências encontram-se na área de atuação do Pólo. Como essas há outras experiências em desenvolvimento, e há interesse de construir no Território de Itaparica um circuito de desenvolvimento sustentável para a região, que inclua o apoio à comercialização da produção orgânica.

Fonte: KOINONIA e Pólo Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA.



Jorge Atilio Julianeiti

## Obras em andamento



legenda

Tanto no eixo Leste, como no eixo Norte da Barragem de Itaparica, o 3º Batalhão de Engenharia do Exército comanda as obras da Transposição. Em Icó-Mandantes é possível observar o desmatamento na caatinga. O reservatório para tomada d'água está bastante adiantado e as máquinas trabalham sem cessar. Não há indícios que o governo federal esteja interessado em abrir novos canais de diálogo com a sociedade civil. Ao contrário, a obra da transposição prossegue apesar de problemas ambientais, políticos e técnicos que provoca. Os setores da sociedade que se opõem à transposição indicam que, do ponto de vista socioambiental, ela comprometerá a vazante do rio, aprofundará o assoreamento e deixará as popula-

ções no caminho da transposição com insegurança hídrica. Em relação à questão política, há a indisponibilidade governamental ao debate público sobre as alternativas ao projeto. E na perspectiva técnica há, dentre outras questões, a elevatória, que precisará de um bombeamento que consumirá entre a metade e a totalidade (mais que 1000 MW) da produção plena de Itaparica – o que ela nunca conseguiu em todos estes anos. Há setores da sociedade favoráveis à transposição, que apresentam dois principais argumentos: a transposição trará definitiva solução para a insegurança hídrica ao longo do Vale do S. Fco. e ao RN, CE, PI e PE – o que parece totalmente contrário às observações socioambientais apresentadas por quem se opõe à obra. O segundo argumento é que a transposição, pelo andamento contínuo das obras, trará desenvolvimento para as cidades no curso dos canais – o que é duvidoso, em se tratando de um prazo tão longo e do conjunto dos atores econômicos envolvidos.

Fonte: KOINONIA

## Agronegócio e o encarecimento das terras

De acordo com o jornal *Folha de São Paulo*, o preço da terra alcançou um aumento recorde. Durante o ano de 2007, o preço do hectare passou de R\$ 3.276 para R\$ 3.860. O estado que registra as maiores altas nos preços é São Paulo. As regiões de Araquara, Bauru, Piracicaba, Ribeirão Preto e Pirassununga tiveram o valor do hectare duplicado em alguns casos em áreas para o cultivo de grãos, cana, café e pastagens. Entre as justificativas para o aumento está a produção dos agrocombustíveis. A alta dos preços também aumenta a concentração de terras e da produção, pois cria mais obstáculos ao acesso à terra. Para agravar o quadro, segundo o site do MST, “pelo menos 85% das famílias ditas assentadas no

governo Lula não representam uma verdadeira distribuição de terras e combate ao latifúndio.” O site explica que dados de 2007 do governo Lula revelam que 60% das famílias que teriam sido assentadas fizeram parte de projetos de colonização de terras públicas na Amazônia Legal. A maioria deles é apenas regularização de posse, sendo que muitos nem sequer vão morar no assentamento, servindo apenas de laranjas para regularizar a retirada de madeira pelos madeireiros, como denunciou o Ministério Público Federal de Santarém. Outros 25% são apenas relocalização de famílias em lotes vagos. De acordo com o MST, 150 mil famílias estão acampadas desde 2003 à espera da reforma agrária.

Fonte: MST

## Quilombolas no

### Submédio São Francisco

Dentre as várias formas de organização que despontam no Submédio São Francisco há o processo de reconhecimento etnosocial das comunidades de remanescentes de quilombo. Em Itacuruba (PE), por exemplo, houve o reconhecimento de três comunidades: Ingazeira, Gilus e Poço dos Cavalos. Em fevereiro, Jorge Atilio Silva Iulianelli, assessor de KOINONIA, visitou as duas primeiras daquelas comunidades. Ingazeira fica entre Petrolândia e Itacuruba, um pouco antes da entrada desta cidade. É uma comunidade com 80 famílias e mais de 160 pessoas. Uma parte vivia até pouco tempo em casas de taipa, que estão sendo derrubadas porque foram identificados dois barbeiros. A comunidade da Ingazeira é liderada pelo quilombola Denílson, de 26 anos. A comunidade dos negros de Gilus (dona Arminda da Conceição, 86) está na área urbana de Itacuruba. São 200 famílias e mais de 800 pessoas. Os negros de Gilu têm como coordenação parte dois filhos de Dna. Arminda, Sr. Adelnor e Sr. Zenon. Ambas as comunidades, após o reconhecimento em 2006, lutam pela regularização fundiária, para o que foram assessoradas pelo Centro Luiz Freire.

Fonte: KOINONIA e Pólo Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA.

## Direito à aposentadoria

O Ministério da Previdência, através da Portaria 291, passou a reconhecer os Sindicatos que representam a agricultura familiar como aptos a emitir a declaração de tempo de atividade rural, necessária para o processo de aposentadoria.

Fonte: Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (Deser)

## Novas barragens, desafios atuais e lições do passado

Jorge Atilio Silva Iulianelli\*

O governo federal está executando, por meio do PAC do desenvolvimento, várias ações no setor energético. Uma das principais é a construção de novas barragens. A do rio Madeira, no estado do Amazonas, é um dos sinais desse novo ciclo barrageiro hidroelétrico. A aprovação do EIA-RIMA não impediu que os povos da floresta sofressem com a truculência de remoções, a inundação dos seus sítios históricos e as mudanças nas suas culturas. A região do sertão nordestino já sofreu com o ciclo dos Grandes Projetos, como foi o caso de Sobradinho. Isso levou, na década de 1970, ao fortalecimento dos movimentos sociais na região, especialmente do sindicalismo rural, e deu origem ao Pólo Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco.

Com organização e mobilização conquistou o reassentamento irrigado para 40 mil famílias. Depois de muitas adversidades, com diferentes momentos dos governos federais, o Pólo ainda luta, infelizmente, pela conclusão do reassen-

tamento de Itaparica. Fica indicado aqui que a morosidade do Estado em cumprir os acordos com camponeses e trabalhadores é diretamente proporcional à rapidez com que faz avançar interesses aparentemente estratégicos dos projetos de desenvolvimento. A questão da sustentabilidade socioambiental parece estar ausente nos diferentes modelos de desenvolvimento depreendidos da ação do Estado.

Por isso, é muito preocupante que o atual projeto da Barragem de Riacho Seco seja alardeado como um novo modelo de desenvolvimento para a região do Submédio São Francisco. Primeiramente, o governo federal passa a fazer valer a participação do setor privado. Então há uma licitação, na qual também concorre a Chesf – que é uma empresa governamental. Em segundo lugar, tanto o estudo de impacto ambiental como o relatório de impacto ambiental já estão consagrados. Finalmente, as discussões do trato com as populações não passam primeiramente pelas indenizações irrisórias tão somente. Porém, a sociedade civil também tem lições

a aprender, talvez a principal seja essa relação entre morosidade no atendimento às necessidades das populações e rapidez na conclusão dos interesses exclusivamente governamentais.

O MAB, a CPT, o Pólo e outras organizações comprometidas com os interesses das populações atingidas por barragens estão atentos a mais esta manobra governamental. Na verdade, a sociedade civil precisa ter esta atenção e indicar os possíveis mecanismos de solução de conflito. Será importante avaliar aquele conjunto de interesses das populações que é inegociável. Quanto mais debate público existir sobre essa obra, quanto mais sensibilização das populações atingidas, com a sua mobilização e organização, melhor será para encontrar soluções que atendam efetivamente às necessidades das populações atingidas por mais esta Barragem. Um dos momentos de esclarecimento, também sobre este tema, será a Conferência do São Francisco que ocorrerá de 25 a 27 de março, em Juazeiro-BA.

*\* Jorge Atilio Silva Iulianelli é assessor do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos e editor deste boletim.*

## Renegociações de dívidas

Está tramitando na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 2058/07, que autoriza a renegociação de dívidas de pequenos produtores, com origem em todos os tipos de operações de crédito rural, firmadas entre 27 de setembro de 1989 e 31 de dezembro de 2006. O projeto, se aprovado, permitiria o cancelamento total das dívidas com saldo devedor inferior a R\$ 5.000,01, e do saldo do Programa Especial de Crédito

para a Reforma Agrária (Proce-ra), independentemente do valor. O PL 2058 é de autoria dos deputados Beto Faro (PT/PA), Adão Pretto (PT/RS), Anselmo de Jesus (PT/RO), Assis do Couto (PT/PR) e Domingos Dutra (PT/MA). Eles integram a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Segundo os deputados, a falta de uma política agrícola e a elevação dos juros resulta no endividamento dos

produtores rurais. O projeto tramitará pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania. Caso haja consenso entre as comissões, a lei será aprovada.

Acompanhe a tramitação do projeto de lei no portal da Câmara de Deputados (<http://www2.camara.gov.br/>) no link Projetos de Lei e Outras Proposições

*Fonte: Portal da Câmara dos Deputados*



*Assueres Santos, articulador do Território de Itaparica, tem como função unir atores Sociais do Território, tanto da sociedade civil organizada como da esfera pública,*

*é o entrevistado desta edição. Conversou com Priscila Chagas, assistente do Programa TRD, no dia 15/02 sobre a importância do Território para a região e os planos para 2008..*

**TRD: Como foi a organização do Território de Itaparica?**

**Assueres:** Itaparica, como Território de Identidade, existe há muito tempo, há mais de 30 anos. A necessidade de organização para enfrentar os problemas da região levou o povo a organizar os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais (STTR's), e encaminhar as coisas conjuntamente. A grilagem de terras e a Barragem Luiz Gonzaga foram as principais demandas da época. E mesmo tendo a ditadura militar contra, o povo se organizou.

**TRD: Dentro desta lógica do MDA, qual foi o processo para o Território ser promulgado?**

**Assueres:** Desde os anos 70 que a região se encontra, discute, e se une para brigar, exigir direitos. A discussão ficava só no campo da sociedade civil. Então surgiu esta proposta do MDA de estimular a discussão entre o poder público e a sociedade civil, através de suas organizações, possam planejar o desenvolvimento regional conjuntamente. Basicamente somos: prefeituras todas, órgãos estaduais, STRs, cooperativas e

associações, a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), e Ongs. E agora a Chesf (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) está se aproximando.

**TRD: Quais foram os ganhos para a região a partir da constituição do Território?**

**Assueres:** Ainda não fizemos o Plano de Desenvolvimento, as ações estão mais integradas. Os projetos de Infraestrutura financiados pelo MDA estão sendo discutidos, assim como a priorização conjunta e territorial. Gostaríamos de apresentar nossas demandas para os demais ministérios, como o Ministério da Integração, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Saúde. E até tivemos um "aceno" do Ministério dos Transportes, mas ficou só no "gogó". No MDA é fácil, pois a política de territorialização é deles e não dos demais.

As políticas públicas são mais discutidas e os investimentos melhor planejados. Sonhamos ver os governos, tanto Federal como estaduais, planejando com base nos anseios da sociedade e as políticas atendendo as demandas reais. Infelizmente ainda tem gente com projeto individual...

**TRD: Como está a juventude rural na participação dos Territórios?**

**Assueres:** Há boa participação e qualidade. Os jovens participam através de associações de produção e não como juventude. Então não aparece como tal, mas seus projetos estão sendo encaminhados. A demanda dos jovens é sobre apicultura, artesanato, capacitação, apoio à comercialização, etc. Pre-

cisamos discutir mais a parte de cultura, lazer e educação. O lazer é uma questão da juventude, mas não tem aparecido em primeiro plano. O Território deve ser visto como um espaço em que as demandas são discutidas e planejadas. Em março teremos Conferência da Juventude em Paulo Afonso e estamos articulando a juventude do Território. A Secretaria de Relações Institucionais da Bahia irá articular os demais grupos.

**TRD: Quais os planos para o Território de Itaparica em 2008?**

**Assueres:** A prioridade é o Plano de Desenvolvimento. Os eixos principais foram indicados, mas temos que detalhar. O Plano não é apenas para 2008 e sim para os próximos 10 anos. Devemos passar o ano construindo o Plano e encaminhando as demandas mais concretas.

**TRD: O que você gostaria de dizer para os trabalhadores e trabalhadoras rurais?**

**Assueres:** Que o momento é de construção e podemos apresentar propostas concretas. Os outros tempos: as políticas existem, mas precisamos estar organizados. Encerramos 2007 com conquistas. Vários projetos aprovados nós. A Bahia e Pernambuco apoiando os territórios. Precisamos deixar o individualismo, pois o que está sendo construído não poderá ser tocado em partes. É um grande conjunto e se for bem coordenado, dará um bom samba. No processo de criação do mundo, Deus disse: "Façamos!". Bem que Ele podia dizer "vou fazer", mas quis parceiros. Então vamos seguir o exemplo!

O conceito de "Território" ou "Território de Identidade" aplica-se a um espaço físico em uma determinada extensão de terra, normalmente contínua, que abrange a cidade e o campo. O território é caracterizado por uma identidade e uma integração entre grupos sociais e instituições daquela região, que dialogam entre si. Trata de integrar espaços para além das barreiras dos municípios e organizando espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção.

A abordagem territorial foi criada como uma estratégia para o desenvolvimento rural adotada pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), que enxerga o rural não apenas como um espaço agrícola e sim pela baixa densidade populacional, pouca artificialidade do ambiente em relação à zona urbana e maior peso dos fatores naturais.

O Território de Itaparica é constituído por municípios da Bahia – Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas; e de Pernambuco – Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia e Tacaratu. Foi constituído em 04/07/2006.

EXPEDIENTE

Boletim Produzido pelo Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

Secretário Executivo de KOINONIA  
Rafael Soares de Oliveira

Coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos e editor do boletim  
Jorge Atilio Silva Lulianelli

Assistentes Editoriais  
Maria Priscila Lisa das Chagas | Quitéria Maria Silva Ferreira

Pesquisas

Andréa Carvalho de Oliveira

Redação e Revisão

Helena Costa | Manoela Vianna

Diagramação e Impressão

Editora Fonte Viva



Rua Santo Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro/RJ  
Tel: (21) 2224-6713 - Fax: (21) 2221-3016  
e-mail: trd@koinonia.org.br  
site: www.koinonia.org.br